

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas.	13
Introdução	15
CAPÍTULO I – A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	21
1. Origem, evolução e funcionamento	21
2. O conceito	28
3. A dispersão dos sistemas de Inteligência Artificial e o consequente problema da imprevisibilidade dos danos	32
4. A necessidade de encontrar um responsável	41
4.1. A Responsabilidade Civil Objetiva do Produtor como caminho a seguir	50
4.2. Avanços na União Europeia	58
CAPÍTULO II – A RESPONSABILIDADE CIVIL DO PRODUTOR NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	65
1. Uma introdução à Responsabilidade Civil do Produtor	65
1.1. Enquadramento histórico	66
1.2. A Diretiva 85/374/CEE	72
2. A Responsabilidade Civil do Produtor na Ordem Jurídica Portuguesa . .	79
2.1. O conceito de produtor e os novos e múltiplos agentes	82
2.2. O conceito de produto numa era digital e tecnológica	89
2.3. O conceito de defeito	96
2.3.1. As típicas classes de defeitos	107

2.3.2. Autonomia como defeito ou intrínseca característica?	122
2.4. As causas de exclusão da responsabilidade.	125
2.4.1. Da inexistência do defeito no momento da entrada em circulação do sistema de Inteligência Artificial	126
2.4.2. Da (Ir)responsabilidade pelos riscos de desenvolvimento face às especificidades da Inteligência Artificial	129
2.5. A necessidade de revisitar o conceito de dano	134
2.6. A diabólica prova do defeito e do nexo de causalidade	142
CAPÍTULO III – A REVISÃO DO REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PRODUTOR	153
1. A Inteligência Artificial como motor de revisão	153
2. A Proposta de Diretiva relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos	159
2.1. O conceito de produto	159
2.2. Os sujeitos responsáveis	164
2.3. A qualidade defeituosa	171
2.4. Da isenção de responsabilidade	175
2.5. A noção de dano e os interesses protegidos	181
2.6. A prova do defeito e do nexo de causalidade.	186
2.7. Os prazos de prescrição	195
Conclusão	199
Bibliografia.	205
Jurisprudência	217